

QUESTÕES

1) A Emenda Constitucional nº 45 acrescentou o inciso LXXVIII ao art. 5º da Carta da República, com a seguinte redação: a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. A partir dessa premissa enfrente as seguintes questões:

- a) o ativismo judicial;
- b) o Conselho Nacional de Justiça;
- c) a Sumula Vinculante.

2) Um empregado, residente e domiciliado em Aracaju, foi contratado em Macaé/RJ pela empresa Beta, para prestar serviços à Petrobras, na Bacia de Campos/RJ. Após ser despedido, o empregado apresentou reclamação trabalhista a uma das Varas do Trabalho de Aracaju, em face da sua ex-empregadora e da tomadora dos serviços.

As reclamadas apresentaram exceção de incompetência em razão do lugar, com fundamento no art. 651 da CLT. Na contestação, em sede preliminar, a Petrobras arguiu sua ilegitimidade para participar da relação processual, uma vez que a outra reclamada teria sido contratada através de regular processo licitatório e postulou o chamamento ao processo dos sócios da empregadora, para que, em caso de condenação, fosse observado o benefício de ordem.

- a) Sob quais fundamentos a exceção de incompetência poderia ser afastada para ser mantida a competência da Vara do Trabalho de Aracaju?
- b) A preliminar de ilegitimidade da Petrobras pode ser rejeitada sob quais fundamentos?
- c) O chamamento ao processo dos sócios da empregadora e o benefício de ordem pode ser afastado sob quais fundamentos jurídicos?

3) Sobre o assédio moral, indaga-se:

- a) em que consiste?
- b) quais seus aspectos definidores?
- c) com que outras situações adversas se assemelha, porém não se confunde?
- d) qual a distinção feita pela doutrina científica brasileira entre assédio moral interpessoal e assédio moral organizacional?

4) Sobre a ação civil pública, indaga-se:

- a) em que consiste e qual sua relação com os chamados direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos?
- b) qual o entendimento predominante no Supremo Tribunal Federal sobre a abrangência dos direitos coletivos e sua possibilidade de defesa por intermédio da ação civil pública?
- c) quais os seus legitimados ativos e como se enquadrariam do ponto de vista da legitimidade ordinária, extraordinária e autônoma?
- d) em que dependem as referidas ações do inquérito civil e em que consiste este instrumento?
- e) o que se entende por condenação genérica e qual a sua admissibilidade no âmbito das ações civis públicas ou coletivas?

5) O uruguaio Juan Scobar foi contratado na Bolívia, para trabalhar no Brasil, em empresa do setor têxtil, onde desempenhou integralmente seu labor por cinco anos, até ser despedido. Indaga-se: a relação jurídica entre a empresa e o citado empregado é regida pela lei de qual país? Justifique fundamentadamente, abordando a evolução do tema e o posicionamento jurisprudencial atual.